



COMITÊ
ARARANGUÁ

**COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO ARARANGUÁ E AFLUENTES CATARINENSES DO
MAMPITUBA**

**ATA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO
ARARANGUÁ E AFLUENTES CATARINENSES DO MAMPITUBA**

A ser submetida à aprovação na XVI Assembleia Extraordinária, em
18/12/2019

1 Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2019 (dois mil e dezenove),
2 às 14h, na sede do Comitê, em Araranguá, realizou-se a 54ª Assembleia
3 Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Afluentes
4 Catarinenses do rio Mampituba. Presentes, os representantes da Diretoria do
5 Comitê, os representantes das entidades e demais entidades interessadas,
6 conforme livro de presenças. O presidente Luiz Ismael de Camargo Leme
7 (FAMA) deu boas vindas a todos os presentes e iniciou a assembleia fazendo a
8 leitura da pauta do dia com os seguintes itens: 1. Aprovação da Ata da XV
9 Assembleia Ordinária; 2. Relatório da Fase A – diagnóstico da bacia do rio
10 Mampituba
11 (<https://drive.google.com/open?id=1fi2FLKKWUCibhY55eKk2Zi0q6VbByy4>); 3.
12 Aprovação plano de comunicação; 4. Aprovação plano de capacitação; 5.
13 Situação da Outorga de Uso da Água; 6. Assuntos gerais: i. Situação da
14 entidade executiva; ii. Regimento interno e assembleias setoriais; iii.
15 Assembleia extraordinária, em 18 de dezembro de 2019, em Torres). O
16 presidente Luiz Ismael de Camargo Leme, passou a palavra para Michele
17 Pereira da Silva (AGUAR) que como primeiro ponto de pauta perguntou aos
18 representantes se eles prefeririam que a ata anterior fosse lida ou
19 encaminhada por e-mail, o que não foi feito anteriormente. O senhor Lourenço
20 Zanette (CASAN) respondeu que a ata poderia ser lida e assim Michele o fez.
21 O presidente Luiz Leme perguntou se alguém gostaria de fazer alguma
22 correção ou acrescentar algo à ata e o sr. Cláudio Zilli (ACIC) pediu para
23 enxugar a ata, pois está muito longa. Sérgio Marini (ADISI) relatou que
24 conversou com um sócio agricultor da Vila Francisco que ficou de fora da
25 processo de outorga por problema de condomínio e ficou por fora do processo
26 de acesso de crédito a bancos, Marini disse que conversou com Vinícius e
27 técnicos da SDE, pois o agricultor não foi cadastrado e precisa ter sua situação
28 revista. Luiz Leme perguntou se ele estava cadastrado no sistema, mas não
29 tem outorga. Vinícius Tavares Constante (SDE) disse que vão averiguar a
30 situação. O sr. Hildo Scarabelot (AQUAATOR disse que os bancos não
31 deveriam intervir. Davide Tomazi Tomaz (STRM) ressaltou que nas
32 assembleias anteriores ocorreu ao contrário em relação a ata ser longa e que
33 muitos assuntos escapavam. Sung Chen Lin (CRE/Araranguá) disse que a ata
34 é necessária para ser anexada em certos processos e que as deliberações
35 contempladas são importantes. Luiz Leme perguntou se a ata estava aprovada
36 e todos concordaram que sim. Para tratar do 2º ponto de pauta, Luiz Leme

37 apresentou os membros da SEMA para fazerem apresentação do Relatório da
38 Fase A – diagnóstico da bacia do rio Mampituba, Carolina (SEMA/RS) e
39 Amanda Fadel, da Diretoria de Recursos Hídricos (DRH) do Rio Grande do Sul.
40 Carolina é responsável pela organização e articulação dos dois comitês nos
41 estados e a ideia é que seja feita uma reunião com os dois comitês para que
42 possam trabalhar juntos na execução do plano futuramente. Amanda, hidróloga
43 do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento do RS, atualmente
44 coordenadora do Plano de Recursos Hídricos apresentou-se e agradeceu pelo
45 espaço. Relatou que os comitês que estão desenvolvendo mais o plano e que
46 a ação é concentrar as demandas do comitê e fazer essa interlocução do plano
47 e a Carolina é o ponto focal das discussões referente ao plano Bacia do rio
48 Mampituba, que acompanha desde o ano passado. Amanda ressaltou que
49 desde 2017 está sendo feito um grande esforço para construção de planos de
50 recursos hídricos em algumas bacias hidrográficas do RS que ainda não
51 tinham plano. E que o Estado do RS resolveu elaborar os planos com técnicos
52 da equipe interna do departamento. São 07 técnicos envolvidos diretamente
53 com o Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio Mampituba, considerado
54 como piloto, porque não era comum os planos de recursos hídricos serem
55 elaborados pelo corpo técnico do Estado, e que normalmente era feito por
56 contratação ou estudo de universidade que era incorporado. Mas que em
57 função do Comitê do rio Mampituba estar bem articulado, bem envolvido
58 nessas questões de elaboração do plano acabou sendo o plano piloto, não só
59 pela metodologia dos estudos, mas também pela comunicação com o Comitê,
60 de avanço em algumas outras questões e nesse caso excepcional, de ser uma
61 bacia hidrográfica federal. Apesar de ser pequena em relação a outras bacias
62 do RS ela é compartilhada com SC, então a equipe técnica tentou abarcar os
63 dois lados, mesmo com a mudança de governo dos dois estados. As duas
64 diretorias dos comitês apoiaram e em função da produção acelerada só
65 conseguiram fazer reunião agora. Amanda começou a apresentação, a mesma
66 apresentada no Mampituba, e solicitou que se pudesse fazer uma reunião
67 extraordinária do CBHRA junto com a reunião ordinária do Mampituba em
68 Torres no dia 18/12/2019, quando irão apresentar a classificação final da
69 qualidade do rio Mampituba, encaminhar os próximos passos e ter os dois
70 comitês alinhados. Apresentou a equipe, dividida em Equipe de Elaboração
71 (Planejamento e Equipe de Apoio aos planos de recursos hídricos do RS,
72 órgão licenciador FEPAM, o órgão ambiental é responsável pela qualidade, o
73 departamento de recursos hídricos responsabiliza-se pela quantidade). Fases
74 do plano de recursos hídricos: Fase A (Diagnóstico), Fase B (Prognóstico e
75 Enquadramento); Fase C (Plano de Ação). Luiz Leme solicitou inversão da
76 pauta, para que os técnicos da SDE, Vinícius e Tiago Zanatta (SDE) fizessem a
77 explanação sobre o Regimento Interno e as Assembleias Setoriais. Todos
78 concordaram com a inversão da pauta e Vinícius falou sobre a nova
79 regulamentação no Estado sobre comitês de bacias, que precisam alterar uma
80 série de questões de funcionamento interno e atualizar seus regimentos. Que
81 já foi feita uma consultoria com a Prof^a Noêmia, que trabalhou a questão legal e
82 atualização da legislação dos comitês. Mas que o Conselho Estadual de
83 Recursos Hídricos (CERH) verificou coisas a serem ajustadas e que
84 precisaram ser revistas. Vinícius referiu-se a questões a serem trabalhadas
85 no regimento interno, alguns conceitos na parte inicial da Resolução que
86 considerou importantes: Conceito de organização membro - organização

87 integrante do comitê de bacia, que faz parte da plenária do comitê; conceito
88 de representante - pessoas físicas, representantes de uma organização que
89 representam um segmento maior; conceito segmentos - usuários de água,
90 população da bacia e órgão da administração estadual e federal; conceito de
91 setor - subdivisão do segmento, por exemplo, usuários de água que abarca os
92 setores de abastecimento público, irrigação, criação animal, mineração. A
93 Resolução também traz o conceito de comitê de bacia - órgão colegiado de
94 nível regional, vinculado ao CERH com atribuições normativas, deliberativas e
95 consultivas a serem exercidas na sua área de atuação. Explicou o que significa
96 atribuição normativa: que estabelece norma, que o comitê quando faz uma
97 resolução, quando aprova um plano de recursos hídricos está estabelecendo
98 uma norma, quando faz uma deliberação ela pode ou não estabelecer uma
99 norma e tem algumas questões que o comitê só vai ser consultado, apenas um
100 posicionamento; não vinculativo que não precisa ser seguido a ser de sua área
101 de atuação. A Resolução define que os comitês são criado pelo chefe
102 executivo (governador), que o regimento interno é oficializado por um decreto
103 estadual, mas é aprovado pelo comitê. Cada comitê tem sua área de atuação
104 definida no decreto de criação que é estabelecido de acordo com a divisão
105 hidrográfica estadual. No estado a Resolução CERH nº 26/2018 definiu a área
106 de atuação do CBHRA como toda área sul com limite com RS (afluentes
107 catarinenses do rio Mampituba). A Resolução trata também sobre as
108 competências de um comitê, fez um compêndio da legislação estadual e
109 federal das competências de um comitê. Algumas vezes dentro do regimento
110 interno dos comitês se atribuía alguma competência que não estava dentro da
111 legislação e o comitê não pode definir uma competência para si se esta não
112 estiver prevista na legislação. Os comitês possuem competências deliberativa,
113 consultiva e normativa. São competências dos comitês: Promover debates das
114 questões relacionadas aos recursos hídricos e articular atuação das entidades
115 (esse é o papel maior do comitê); promover a elaboração e aprovar o plano de
116 recursos hídricos submetendo posteriormente à ratificação pelo CERH, bem
117 como acompanhar, avaliar a sua execução; fiscalizar se está sendo colocado
118 em prática; propor ao CERH os critérios de outorga a serem aprovados,
119 incluindo mecanismos de cobrança e os valores a serem cobrados bem como a
120 aplicação dos recursos arrecadados. O conselho não pode fazer algo sem
121 proposta do comitê. O enquadramento deve ser proposto pelo comitê, decidir
122 em primeira instância administrativa os conflitos aos recursos hídricos que
123 CBHRA tem bastante experiência, atribuição bastante importante, promover ,
124 aprovar e acompanhar implementação de educação ambiental, incentivar uso
125 racional da água, solicitar a criação Conselho Estadual da Agência de Bacia ou
126 Agência de água, quando tiver a cobrança, só quando o comitê solicitar. Já se
127 está exercitando com a Entidade Executiva, é um rol de competências mais
128 simples que a Entidade Executiva está executando, mas é a mesma lógica que
129 vai vir depois quando tiver a agência de água. A Entidade Executiva apresenta
130 um Plano de Trabalho, depois faz a prestação de contas. Submeter o plano de
131 recursos hídricos à audiência pública, a legislação prevê. Tiago falará das
132 Assembleias Setoriais, do processo de seleção, pois existe um regramento
133 para isso. Os comitês não tinham esse processo sistemático de renovação das
134 entidades. Aprovar plano de aplicação dos recursos financeiros, quando tiver
135 cobranças vai ser importante, vão tentar exercitar com recursos da FEHIDRO,
136 embora pouco. A composição dos membros de comitê terá direito de voz e

137 voto. Destes, 40% são Usuários, divididos em setores: abastecimento público,
138 lançamento de efluentes, indústria, irrigação, criação animal, hidroeletricidade,
139 hidrovári, pesca, turismo, lazer e outros usos. A População da Bacia está
140 dividida pela legislação estadual em municípios que tem poder executivo
141 municipal e legislativo municipal e as organizações civis de recursos hídricos
142 (consórcios, associações intermunicipais, regionais e locais ou setoriais de
143 recursos hídricos, as universidades, ONG's e outras organizações
144 reconhecidas pelo CERH). Com relação à proporcionalidade o somatório dos
145 poderes executivos do Estado, da União e Município não poderá passar os
146 40% do total de votos do comitê. Com relação a seleção das organizações
147 membro, elas são feitas por assembleias setoriais públicas, que são
148 assembleias por segmentos. cada segmento reúne-se separadamente e decide
149 quais as organizações membro que vão compor o comitê. Esse processo é
150 conduzido pela secretaria executiva do comitê, com apoio da entidade
151 executiva e do órgão gestor. As organizações membro terão mandato de 04
152 anos e a entidade se manifesta se quer continuar. A estrutura dos comitês
153 mudou também (Assembleia Geral, o que decidir é soberano, assembleia
154 ordinária se reúne no mínimo 2 vezes por ano, cada comitê estabelece quantas
155 reuniões melhor convier. Assembleia Geral acontece com 50% mais 1 dos
156 votos de total das organizações membro; em 1ª convocação e 1/3 em 2ª
157 convocação; as deliberações são tomadas com maioria simples, cabendo ao
158 presidente o voto comum e de qualidade, caso haja empate; (o comitê tem 40
159 representantes, então comparecem 25 é metade mais 1 dos 25, se 13 votaram
160 a favor de alguma questão, são maioria simples e foi aprovado). Dion
161 (ARASUL) ressaltou que 1/3 seria então na segunda chamada. O secretário
162 executivo tem que estar em contato o tempo todo com a entidade executiva
163 para tocar as ações. Marini perguntou se a comissão consultiva está extinta.
164 Vinícius respondeu afirmativamente e disse que agora só haverá câmaras
165 técnicas. Que a chapa para eleição será composta de 03 pessoas (Presidente,
166 vice e secretário executivo) e não mais com 09 pessoas como era antes, com a
167 comissão consultiva, o que facilita o processo eleitoral. Aconselha-se aos
168 comitês criarem uma câmara técnica que assessore a presidência, para
169 trabalhar como se fosse a comissão consultiva (tem caráter de assessoramento
170 técnico, para fazer os pareceres e tudo o mais). Com relação à Resolução
171 essas questões estão dentro do regimento interno. Em janeiro de 2020 é
172 importante já estar com o processo das câmaras técnicas equalizado. Vinícius
173 perguntou a Michele como está a situação do CBHRA e Michele respondeu
174 que se tem um grupo de trabalho que logo mais será submetido à aprovação
175 da assembleia. Vinícius falou de como está sendo trabalhado em outros
176 comitês, dos trâmites, pois passa pelo CERH e pela Casa Civil; orientou que se
177 faça mais próximo do modelo padrão para não ter problema com a Casa Civil,
178 se tiver mesmo padrão respeitando a realidade local. Orientou também a pegar
179 o que foi discutido com a Proª Noêmia e encaixar nesse novo modelo e
180 submeter à assembleia, ficando rápido para não ser um processo moroso.
181 Alguém falou que a bacia tem que fazer a barragem e Vinícius respondeu que
182 está no Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio Araranguá. E sobre a
183 barragem do rio do Salto, que o Comitê tem que cobrar dos órgãos
184 responsáveis para dar mais celeridade ao processo. Cenilda Mazzuco
185 (AGUAR) falou nos 02 anos para adequação e questionou se poderia solicitar
186 prorrogação. Vinícius respondeu que seria melhor fazer agora do que

187 prorrogar. Cenilda falou que a assembleia é só em março, e Vinícius respondeu
188 não ter problema de aprovar em março, pois o importante é estartar o processo
189 agora e poder finalizar no ano que vem. Cenilda perguntou sobre o prazo de
190 mandato da diretoria por 02 anos, podendo ser renovado por mais 02 anos e
191 Tiago respondeu que na resolução o mandato das diretorias pode ser
192 reconduzido uma vez e depois tem de trocar. Cenilda indagou se comissões
193 consultivas serão substituídas pelas câmaras técnicas e Vinícius afirmou que
194 sim. Tiago pediu para Vinícius reforçar sobre a assembleia geral para
195 aprovação do regimento, pois para aprovação do regimento precisa-se de 2/3
196 dos representantes e precisa ser assembleia extraordinária com única pauta.
197 Falou da experiência no Oeste que fizeram duas assembleias, a setorial
198 pública e a de aprovação do regimento, para ter quórum. Dion perguntou se o
199 Power Point estará disponível aos representantes e a ata. Michele pediu para
200 Luiz Leme se poderia falar sobre o grupo de trabalho criado em 2017 e
201 ampliado em 2018 (Sérgio Marini - ADISI, Luiz Ismael de Camargo Leme -
202 FAMA, Yasmine de Moura da Cunha - UNESC, Michele Pereira da Silva -
203 AGUAR, Sandra Salete Custódio Cristiano - AGUAR, Volnei Meller - EPAGRI,
204 Jairo Ceza – SINTE, Juliano Mondardo Dal Molin - Fundave, Lucas Brognoli
205 Belletini - COOIJAM). Michele leu o texto da Resolução do Comitê Araranguá
206 01/2019, de 21/11/2019, que dispõem sobre a criação da Câmara Técnica para
207 a elaboração da Proposta para o novo Regimento Interno, e leu o texto. Após a
208 leitura perguntou se alguém teria sugestões ou alterações. Relatou que Jairo
209 Ceza não participa mais do SINTE e que foi substituído e que o sr. Volnei
210 Meller (EPAGRI) agora é suplente e quem acompanha as reuniões agora é a
211 titular, Luciana Schineide⁴. Rose Adami (AGUAR) alertou que na Câmara
212 Técnica tem que ter a participação dos 03 segmentos. Marini sugeriu que
213 Luciana substitua Volnei Meller; Michele disse que a composição para a
214 Câmara Técnica tem 02 representantes do segmento usuários de água, 03
215 representantes do segmento população da bacia e 01 representante do
216 segmento órgão da administração estadual e federal. Sung perguntou pelo
217 Prof. Jairo e qual entidade ele representava. Michele disse que ele
218 representava o SINTE. Sung perguntou quem são os representantes agora,
219 Sandra respondeu que o sr. Paulo Egger e o sr. Rodrigo Antônio Mattos, mas
220 que o professor Jairo pode participar da Câmara Técnica representando um
221 dos 03 segmentos por indicação. Sung perguntou se alguém mais gostaria de
222 participar, sugeriu a SAMAE. Michele explicou que não poderia porque não é
223 governamental aqui. Que a estrutura de governamental é Estadual e Federal;
224 Vinícius explicou que as câmaras técnicas são formadas pelas organizações
225 membro, não pelo representante em si e citou como exemplo o caso do
226 professor Jairo, que se alguma organização indicá-lo, ele pode participar da
227 Câmara Técnica, e que não necessariamente tem que ser representante do
228 Comitê. Michele perguntou se mais alguém gostaria de falar, ninguém se
229 manifestou e ela continuou a ler a resolução para aprovação. Michele ao ler a
230 Resolução falou em 60 dias para implementar e questionou ao Vinícius como
231 funcionaria. Vinícius falou que pode ser 30/40 dias para agilizar o processo. O
232 sr. Lourenço falou para manter o prazo de 60 dias do processo pois a
233 assembleia só será em março e que fica aprovado o convite para o professor
234 Jairo. Davide pediu para agilizar a reunião pois tem muitos assuntos
235 importantes e logo se esvazia. Michele disse que ainda tem assuntos a tratar -
236 agenda, plano de atividade, plano de trabalho e plano de capacitação, e que

237 precisa de aprovação. Luiz Leme falou que já que foi aprovado vamos seguir
238 adiante. Tiago falou sobre Assembleias Setoriais Públicas, que é uma
239 demanda da Resolução CERH nº 19/ 2017 que entra em vigor no começo de
240 2020 e que estabeleceu instituição, organização e funcionamento do comitês
241 de bacia do estado de SC. E que com base nessa resolução foi estabelecido o
242 processo de renovação das entidades membro visando dar mais transparência
243 e deixar o processo mais democrático, permitir que pessoas jurídicas que
244 vieram a existir depois da criação do comitê, possam participar também. Essa
245 renovação deverá acontecer por assembleias setoriais públicas que devem
246 ocorrer a partir de dezembro de 2017 e tem prazo de 02 anos para o processo
247 estar andando. Haverá adequações e melhorias no arranjo de comitês de
248 bacia, que o processo se faz necessário por causa da fragilidade institucional
249 gerada, o que gera também incertezas na tomada de decisões. No decreto de
250 criação do comitê ou no regimento interno tem o nome das instituições que
251 fazem parte dos comitês e muitas destas instituições não existem mais, como
252 por exemplo as SDR's, ADR's e essa vagas, por via de regra, por estar extinta
253 em lei estão vacantes. Para fazer as substituições dessas entidades, tem-se
254 que fazer um novo decreto. Depois encaminha-se para a Casa Civil e para o
255 jurídico, e isso demora. Com base nas assembleias setoriais públicas e na
256 revisão dos decretos que estão sendo conduzidos querem eliminar esse tipo de
257 dificuldade. Além disso, atendimento de quórum é uma coisa que é exigência
258 das entidades executivas, pois se não tiverem quórum, as entidades executivas
259 serão penalizadas no cumprimento de suas funções e no repasse de recursos.
260 A importância da assembleia setorial pública, eliminar o arcabouço legal que
261 temos hoje e trazer um novo arcabouço legal que nos permita mais
262 maleabilidade na composição do comitê e nos permita trazer quem realmente
263 quer participar do comitê. Como vai funcionar: Participar e apresentar como
264 vão ser as assembleias setoriais públicas e feito isso lançar edital de
265 chamamento das assembleias setoriais; aprovar assembleia setorial pública e
266 convocar a assembleia para fazer a seleção de cada entidade que vai compor
267 o comitê; depois fazer o processo eleitoral. Tem-se de aprovar as assembleias
268 setoriais públicas antes do término da atual diretoria. Faz-se apresentação de
269 como fazer, aprova-se edital em assembleia, faz-se convocação, marca-se
270 uma data, as entidades se reúnem e pelo processo de seleção definem as
271 entidades que ocuparão as cadeiras do comitê; dá-se posse aos novos
272 representantes e lança-se edital com novos representantes. Tiago explicou que
273 para alguém da SDE participar do pleito tem que ter aprovação do secretário
274 de estado, então o mandatário do órgão que tem que dar essa aprovação.
275 Sung questionou se a inscrição seria apenas para os novos representantes e
276 Tiago respondeu que os representantes atuais perderam a cadeira e terão que
277 se inscrever também. Sung perguntou sobre a periodicidade do mandato e
278 Tiago respondeu que é de 04 anos e quem perdeu cadeira poderá se
279 candidatar daqui a 04 anos. Sung perguntou da periodicidade do edital e Tiago
280 respondeu que antes de terminar o mandato. Vinícius falou em lista de espera
281 para os que não forem contemplados, por exemplo, se uma entidade sair por
282 algum motivo, o que estiver na lista entra. Rômulo Tadeu Bitencourt (CIDASC),
283 falou que seria uma lista de espera e a cada 04 anos participar do edital. A
284 entidade que responder aos critérios continua no pleito. Tiago passou a palavra
285 para Luiz Leme para dar andamento aos trabalhos, que falou em aproveitar a
286 reunião extraordinária para homologar e já ter uma data para lançar o edital no

287 dia 18/12/2019 em Torres. Michele ressaltou que se tem duas alternativas,
288 aproveita-se essa reunião ou faz-se uma extraordinária. Sung questionou se há
289 um prazo mínimo para publicar esse edital e Tiago disse que depende do
290 comitê. Luiz Leme falou que Tiago deu a ideia de fazer as duas assembleias
291 juntas. Michele falou em fazer a assembleia no dia 18/12, na qual se faz o
292 chamamento e deixa aberto até março, quando se faz a ordinária para
293 processo de substituição e a extraordinária para eleição. Luiz Leme pediu a
294 opinião e todos acataram a decisão. Luiz Leme pediu a Michele para continuar.
295 Ela fez a apresentação do novo assessor de imprensa que expôs o Plano de
296 Comunicação. Luiz Leme colocou em votação e o plano foi aprovado. Michele
297 falou que as aprovações são importantes para o bom andamento dos
298 trabalhos. A Entidade Executiva – AGUAR - solicitou que se aprove o Plano de
299 Trabalho, Planos de Comunicação, Plano de Capacitação e agenda anual.
300 Vinícius sugeriu colocar as assembleias ordinárias em dezembro e em março a
301 extraordinária. Luiz Leme mencionou a presença da coordenadora da Aguar,
302 Cenilda e da técnica da AGUAR Rose Maria Adami e agradeceu o apoio das
303 mesmas. Após a aprovação do Plano de Capacitação, Plano de Trabalho,
304 Agenda de Assembleias, Calendário de Ações do Plano de Trabalho, Luiz
305 Leme passou a palavra para Cenilda que se apresentou e disse que já a Aguar
306 já estava há um ano em funcionamento, fizeram a prestação de contas, a
307 equipe foi recontratada e a prestação de contas será apresentada na próxima
308 assembleia. Luiz Leme pediu desculpas pela demora na leitura da ata que
309 tomou tempo da reunião, mas que foi possível passar informações para
310 avançar-se em ações conjunta com o Comitê Mampituba e que contava com a
311 presença de todos em Torres no dia 18/12/2019, e agradeceu a presença de
312 todos. Sendo que nada mais tendo a acrescentar, eu, Yasmine de Moura da
313 Cunha, Secretária Executiva do Comitê, lavrei a presente ata, cujas assinaturas
314 dos presentes encontram-se registradas no respectivo livro de presenças e a
315 gravação de áudio arquivada no Comitê.



Luiz Ismael de Camargo Leme
**Presidente do Comitê Araranguá e
Afluentes Catarinenses do Mampituba**



Yasmine de Moura da Cunha
**Secretária Executiva do Comitê Araranguá e
Afluentes Catarinenses do Mampituba**